

Esporte, Educação Física e escola: como não sucumbir ao gigante esporte em tempos de megaeventos esportivos no Brasil?

Ricardo de F. Lucena

45

Resumo

A relação entre o esporte e a Educação Física na escola brasileira é analisada a partir do resgate de alguns elementos históricos e de uma discussão sobre o espaço físico da prática do esporte. Conclui com um breve estudo sobre o Programa Segundo Tempo no contexto do discurso oficial.

Palavras-chave: esporte; Educação Física; escola; Programa Segundo Tempo.

Abstract

Sport, Physical Education and school: how not to succumb to the giant Sport in times of mega sporting events in Brazil?

The relation between the sport and the Physical Education in the Brazilian school is analyzed rescuing some historical elements, arguing about the physical space for practising the sport in schools and, finally, making a brief analysis on the Second Time Program within the context of the official discourse.

Keywords: sports; Physical Education; school; Second Time Program.

A relação entre Educação Física e esporte sempre foi alvo de muita “inquietação” e “acomodação” entre professores e profissionais das áreas em questão. Se, por um lado, podemos falar de inquietação é porque, entre setores mais críticos da Educação Física e da educação, a simbiose existente entre as duas atividades é parte de uma reflexão que se fundamenta na concepção de uma relação alienante atribuída, por muitos, à prática esportiva – conotação essa não poucas vezes alicerçada em pressupostos ideológicos que muito marcaram o debate entre os professores de Educação Física no Brasil. Por outro lado, se podemos falar em acomodação,¹ é justamente porque ela sempre teve uma relação íntima e se fez presente na escola como prática ligada à ginástica ou à Educação Física desde meados do século 19 no Brasil.

Nesse sentido, portanto, não vamos e, acredito que, hoje, não podemos falar de Educação Física sem considerar o esporte como elemento formador e conformador de práticas e espaços específicos na escola ou fora dela. Nesses tempos de megaeventos esportivos, Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas, ainda se fazem mais presentes práticas e discursos que tentam “colar” o esporte e a Educação Física como irmãos siameses. No entanto, muitas vezes o discurso e a prática servem apenas para promover interesses que estão fora do universo que mais nos interessa aqui: o pedagógico.

Assim, ao questionarmos “como podem a Educação Física e a escola não sucumbir ao gigante esporte em tempos de realização de megaeventos esportivos no Brasil”, estamos nos colocando o desafio de buscar demonstrar que essa relação, apesar de não ser de hoje, continua como algo pouco compreendido pelos diferentes atores no âmbito da escola e da Educação Física. Neste momento, essa compreensão é necessária para não cairmos no discurso (“oficial”) de que a salvação da Educação Física está no esporte e/ou de que a salvação do esporte (ao menos no tocante à seleção de valores) está na escola.

Se, como dissemos acima, a relação entre Educação Física e esporte sempre foi cercada de muita incompreensão, necessário se faz deitar o olhar sobre essa inter-relação e, daí, buscar outra compreensão, no intuito de uma explicação que possa nos dar pistas de superação dos condicionantes que, por vezes, obscurecem a ação do professor de Educação Física na escola.

Em alguns momentos da história da Educação Física no Brasil, buscou-se manter o esporte como o principal conteúdo da disciplina – *vide* o método desportivo generalizado tão difundido entre nós pelo professor Auguste Listello – e, em outros momentos, colocou-se a Educação Física meramente como sendo o “esporte brincado”, que serve apenas como mais um “passatempo” da criança e do jovem na escola.

Evidenciar essa íntima relação entre Educação Física e esporte e o que vão significar os megaeventos para uma disciplina escolar que lida com ele como um dos seus componentes pedagógicos é uma tarefa que se impõe. Também tratar essa relação como mais uma forma de lidar com o esporte como uma invenção social que,

¹ Uso aqui o termo “acomodação” não no sentido de abandono de ambição, mas de conciliar, hospedar a prática dos esportes como uma entre as práticas da Educação Física.

muitas vezes, denuncia questões de conflito, violência e competição presentes nas inter-relações sociais é mais um fator que não podemos nos furtar a abordar.

Ante a tarefa que se apresenta nesse contexto, vamos procurar realizar três passos: o primeiro parte da inter-relação entre Educação Física e esporte e expõe alguns dados para compreensão na história; o segundo trata do espaço do esporte e do espaço da aula numa breve análise do que significa a supremacia do espaço físico da quadra de esportes nas aulas de Educação Física; e o terceiro e último passo discute alguns “discursos” do esporte para a escola, como o Programa Segundo Tempo.

1 Educação Física e esporte: senta, que lá vem história!²

A produção no campo da História do Esporte, da Sociologia do Esporte e da Educação Física tem crescido enormemente nas últimas décadas no Brasil. As análises têm sempre levado em consideração essa íntima relação entre Educação Física e esporte. Em um texto publicado no início dos anos 90, eu mesmo chamei a atenção para o arcabouço legal construído em função da Educação Física no Brasil, ainda no século 19, e a relação com ações do esporte não passaram despercebidas (Lucena, 1994).

A escola como palco de crescente atenção das elites brasileiras do final do século 19, especialmente motivadas pela industrialização crescente e a urbanização dela decorrente, ou como campo de reivindicação de um segmento de trabalhadores urbanos em formação foi-se tornando também um espaço de emergência de novas práticas e formas de participação. Nesse campo, as políticas pedagógicas que incorporaram algumas atividades esportivas, como a esgrima e as corridas – de acordo com os currículos das escolas dos primeiros anos da República ou do final do Império –, e a inter-relação crescente entre sujeitos distintos, agora vivendo em cidades cada vez mais diferenciadas, possibilitaram-nos observar o crescimento do esporte que passou paulatinamente a merecer uma atenção destacada.

Se o arcabouço legal desse período não tratou diretamente das práticas esportivas, tampouco as ignorou por completo. Podemos observar que a esgrima ou as lutas e as corridas eram sempre citadas como parte das seções de ginástica ou como complementos desta. Isso porque a interferência legal na Educação Física “não ficou restrita ao aspecto puramente formal, ou seja, da obrigatoriedade, de horário, etc., e legislava-se também acerca do conteúdo” (Lucena, 1994, p. 32). Em muitos decretos e leis do século 19 e início do 20, o legislador preocupava-se em explicitar os elementos que deveriam constar nas aulas de ginástica, como o método a ser adotado – ora o sueco, ora o francês –, e até que deveriam constar práticas como a da esgrima, das corridas, entre outras. Isso se aprofundou nas décadas seguintes com a introdução do termo “desportos” nos atos legislativos editados ao longo do

² Algumas passagens desta parte foram anteriormente tratadas em “A relação entre o esporte e a Educação Física na escola” (Lucena, 2011).

período compreendido entre as décadas de 1930 e 1970 do século passado, como as Lei nº 1.212 de 1939, nº 49.699 de 1960 e nº 4.024 de 1961, a exemplo de outras.

Nas primeiras décadas do século 20, essa relação só se estreitou. Cresceu o olhar sobre o esporte tanto na pedagogia como nas ações de governo. Parece muito atual o trecho reproduzido, a seguir, de uma conferência realizada por Afrânio Peixoto, em 20 de novembro de 1917, que acabou se transformando na publicação desse autor chamada *Ensinar a ensinar: ensaios de pedagogia aplicada à educação nacional*. Nela, logo de início, ele dedica um tópico à Educação Física e assim trata a questão:

Para começar, a Educação Física. Anda esta expressão por aí também restrita no significado, e mal compreendida no alcance. Restrita, porque não é somente a educação pelos movimentos dos músculos que constitui toda a Educação Física. Não se compreendeu a educação orgânica e funcional, que é a maior parte da vida e que será, um dia, muito breve, aí incluída e que se deve fazer desde o berço, como condição de saúde e de felicidade. Educam-se a respiração, a circulação, a digestão, a exoneração dos dejetos, a marcha, a palavra, a visão, a audição, o gosto, o sono..., e não apenas as contrações musculares. Contudo, dada a correlação funcional, ainda mesmo essa restrita Educação Física aproveita a todos os outros órgãos e funções. Os músculos tomam apoio nos ossos, de onde, com o movimento, vantagem para o esqueleto; acelera-se a respiração com o aumento das trocas orgânicas e o suprimento do esforço; passa três a quatro vezes mais sangue nos músculos que se contraem (...). Recebi, entretanto, quando diretor da instrução pública, várias reclamações de pais de alunos contra as aulas de Educação Física, porque, diziam eles, botaram os filhos na escola para aprenderem e não para serem acrobatas. (Peixoto, 1917, p. 14-16).

48

Sob alguns aspectos, podemos apontar que os espaços da ginástica e da Educação Física também tiveram seu papel no contexto das políticas que acabaram por facilitar a “introdução” dos esportes entre nós e, muito embora tivessem o pátio da escola como seu lugar de maior presença, em muitos casos, não se limitavam a esses locais.

Vale observar que os lugares e espaços criados ou construídos na relação dos homens com o ambiente urbano, com ou para a prática de esportes, ginástica ou Educação Física, marcaram a vida de diferentes cidades no Brasil. Ou, por outra, eles são expressões de uma cultura corporal de movimento que reflete o sentido de um controle das aptidões para a violência e, ao serem organizados, são, paulatinamente, introjetados e ocupam um lugar relevante na vida cultural de nossas cidades. Afinal, como diria James Hillman (1993, p. 74), ao falar do esporte, “não há nada que pertença mais à vida da cidade, pois que a cidade é o lugar do espetáculo, do desfile e do cortejo, a mostra da imaginação na sua complexidade mais rica”.

Um pressuposto a ser anotado – que vai funcionar como uma alavanca para o pensamento que pretendemos desenvolver –, é o fato de os mesmos elementos que moldam o gosto pela prática esportiva e que surgiram no contexto social específico da segunda metade do século 19 e início do século 20 no Brasil oferecerem subsídios para a argumentação pró-ginástica no contexto escolar. Esses elementos estão baseados num processo crescente de diferenciação individual, uma necessidade de refinamento das ações, especialmente quando em público, e uma autocensura mais abrangente.

A história do esporte no Brasil pode ser enriquecida se considerarmos que, para os nossos primeiros praticantes, a relação com a ginástica não foi de simples oposição, mas de “dualidade relacional” pois, à medida que crescia como prática socialmente aceita por meio das ações de grupos como os literatos, o esporte também se achegava à escola, ao menos àquelas em que estavam os filhos das famílias ilustres.

Por intermédio de literatos como José de Alencar, Coelho Neto e Olavo Bilac, os primeiros divertimentos esportivos mereceram um destaque ímpar. Por meio de suas crônicas, foram desvelando a complexa teia de inter-relações humanas que marca a vida de contatos na cidade. Por certo, antes mesmo que projetos educacionais descessem dos gabinetes do Império ou da República, alguns jornais cariocas e de outras praças tratavam de tecer, em suas páginas, discussões acerca dessa nova forma de divertimento que mobilizava setores da vida na cidade.³

O esporte teve na instituição escolar, pelo que é possível perceber, mais um espaço de disseminação e desenvolvimento. Diferentemente do que em geral é dito, o esporte já se fazia presente nas escolas, mas não numa simples diferenciação com a ginástica, e sim naquilo que chamamos de “dualidade relacional”, sendo ambos parte do mesmo princípio que animava a ação daqueles que dirigiam e frequentavam a escola, ainda no século 19. O que queremos sugerir é que a distinção se processa no caminho da racionalização acerca de práticas corporais realizadas no âmbito da escola, já bem iniciado o século 20. Sendo assim, o que importa considerar é que o esporte e a ginástica/Educação Física são expressões da mesma realidade complexa, são ações complementares que apontam para um mesmo processo de inter-relação. Nesse sentido, o esporte não pode ser explicado por si mesmo, mas apenas em relação com o conjunto das atividades sociais, inclusive a ginástica. Se considerarmos o contexto da escola, isso fica marcante.

Quando tratamos do processo de inter-relação, partimos do princípio de que, na sociedade do século 19, as ações que se manifestam na forma de exercícios ginásticos ou jogos esportivos são parte da constituição de um estilo de vida urbano que muito caracteriza o modo de ser e a conduta dos indivíduos. Soares (1998, p. 37), na obra *Imagens da educação no corpo*, faz uma análise da ginástica francesa no século 19 e aponta que um dos aspectos mais centrais da ginástica na relação com a educação foi a criação de “normas de conduta que fossem individualmente internalizadas para serem socialmente mais eficazes”. Essa introjeção, que vem se transformar numa segunda natureza, é o contraponto que marca o processo de inter-relação crescente dos centros urbanos.

Vale a pena anotar a íntima relação entre as práticas esportivas e a ginástica, mesmo para aqueles teóricos franceses que muito influenciaram o contexto brasileiro. Soares (2002; 1998, p. 132) também destaca que, “nas duas últimas décadas do século [19], há um forte movimento na sociedade francesa que vai lentamente fazendo aparecer inúmeras organizações de ginástica e esportes”, e aí, citando Rey-

³ Sobre a interferência dos literatos na difusão e discussão sobre o esporte no Brasil, ver “A crônica como gênero que introduziu o esporte no Brasil” (Lucena, 2003).

Golliet (1930, p. 121 *apud* Soares, 1998, p. 174), aponta três grandes diretrizes para a ginástica na França:

- 1) *ginástica educativa deveria ser regida de acordo com sua utilidade profissional;*
- 2) *ginástica de aplicação* deveria ser constituída por exercícios militares utilitários e *desportivos*, baseados sobre o princípio da economia de forças;
- 3) *ginástica de seleção* deveria compreender exercícios especiais nos aparelhos e *desportos*, exigindo *aptidões especiais e, por isso, só deveria convir a uma "elite"*. (Grifos nossos).

Observa-se que a relação da ginástica com o esporte aparece explicitamente na forma de aplicação e seleção que, tanto num como noutro caso, é pensada a partir do princípio da ação comedida e baseada em determinadas atitudes. Vê-se, também, que ambos só *poderiam convir a uma elite*, pelas suas características e pelos resultados esperados, pois exigiam *aptidões especiais*.

Mas pensemos mais detidamente no esporte. Afora toda uma teia de ações que se estabelecia na sociedade brasileira, ainda no século 19, e que fundamentou o desenvolvimento do esporte na cidade, tratando de sua difusão no ambiente urbano como forma de acelerar as relações entre grupos distintos, há também de se considerar o espaço das escolas. Esse se configura um lugar de contato e exercício das práticas pedagógicas diversas que ajudou a consolidar o movimento de difusão do gosto pelo esporte, num primeiro momento, entre indivíduos do sexo masculino, ou seja, a criação do gosto pelos esportes também fazia parte de uma perspectiva de educação já presente no século 19. Nesse sentido, e como já frisamos anteriormente, a própria legislação nos traz alguns exemplos. A preocupação, certamente, não era só com a saúde, mas com uma conduta a ser assumida, e que essas práticas ajudavam a assimilar.

2 Lugar de jogo é lugar de aula

A Educação Física, diferentemente das demais disciplinas escolares que sempre tiveram no espaço da sala de aula o lugar privilegiado de sua ação pedagógica, fez-se presente pelo seu envolvimento com "os outros lugares da escola" ou anexos a ela – o pátio, a rua, o salão de festas e afins. Aqui, veremos o que significa pensar o espaço físico como mais um elemento de compreensão das transformações pelas quais passou essa prática centrada na cultura corporal de movimento. Cabe, então, perguntar: como a emergência do esporte definiu o espaço físico que passou a ser central nas aulas de Educação Física? Afinal, no passado, qual(is) era(m) o(s) espaço(s) privilegiado(s) para as aulas de Educação Física?

Se perguntarmos a qualquer aluno do ensino fundamental ou médio onde devem ser realizadas as aulas de Educação Física, invariavelmente, a resposta será: na quadra de esportes! Na verdade, esse espaço foi emergindo à medida que também

os diferentes esportes foram conquistando mais e mais espaço, tanto como conteúdo pedagógico da educação quanto prática social cada vez mais admirada e realizada. Hoje, por certo, “nas escolas, mesmo naquelas que possuem precárias estruturas arquitetônicas, quando algum espaço é destinado às práticas corporais vamos encontrar as quadras poliesportivas” (Soares, 2002, p. 15). Nos dias de hoje, praticamente não se discute que outros espaços podem ser utilizados pelas aulas de Educação Física. A quadra passou a ser o único parâmetro para tal e isso tem uma implicação pedagógica, pois mostra, especialmente, a hegemonia da prática esportiva sobre os outros elementos da chamada cultura corporal de movimento, como os jogos, as danças, a ginástica e as lutas. Por isso, alerta Soares (2002, p. 15):

Um olhar mais atento a esse aparato arquitetônico e material revela uma padronização de atividades, e parcela significativa da população é “educada” a consumi-las como possibilidade única de colocar o corpo em movimento, para além da atividade produtiva do mundo do trabalho.

Nas aulas de Educação Física, a ênfase dada à prática dos esportes, como já anotamos anteriormente, não é necessariamente uma novidade. Desde as primeiras décadas do século 20, o esporte tem crescido como elemento privilegiado, mas vale a pena anotar que o espaço da prática do esporte tornou-se, sim, o espaço privilegiado na escola. As quadras passaram a ser o local das aulas de Educação Física, independentemente de o conteúdo ministrado ser alguma modalidade esportiva ou não. Nesse sentido, não é sem motivo que as secretarias de educação têm colocado como metas a construção de quadras ou ginásios de esporte, também como forma de atender às solicitações dos professores da área e à proposta do governo federal.

A cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, por exemplo, possui 95 escolas. Em 2005, apenas 16,84% delas tinham quadras cobertas e, atualmente, aproximadamente 57 (60%) têm quadras ou ginásios poliesportivos; em 33 dessas unidades existem quadras descobertas, e apenas 5 escolas não têm esse equipamento. Isso em atendimento, também, ao projeto do governo federal que vai investir cerca de 4 bilhões de reais, até 2014, na construção e cobertura de quadras, e, desse montante, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) já liberou até aqui 1,4 bilhão de reais.

Em matéria veiculada no Portal Brasil, em 19 de junho de 2012, intitulada “O governo investe em quadras esportivas e escolas infantis”, vê-se o empenho na construção de quadras, com o repasse de 25,7 milhões para 112 municípios e 7 Estados apenas para esse fim (Governo..., 2012). Em outra matéria, do dia 24 de agosto de 2012, lê-se que “o MEC, por meio do FNDE, tem liberado recursos para a construção de 6.116 quadras esportivas e coberturas de outras 4 mil em escolas públicas de todo o Brasil” (Escolas..., 2012). Mesmo assim, segundo dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), em pesquisa realizada no final de 2011 em escolas públicas do ensino fundamental e médio do Brasil, foi revelado que cerca de 30% dos estabelecimentos escolares não oferecem um espaço qualquer para a prática da Educação Física.

A exigência de coberturas para as quadras é uma questão de saúde, pois os que vivem num país tropical sabem o quanto é pernicioso o efeito do sol,

especialmente para alunos e professores que vivem na Região Nordeste do Brasil. O que devemos observar é a consolidação de uma prática que molda a forma de pensar a chamada cultura corporal apenas pela ótica do esporte e, sobretudo, pela do rendimento, a partir da seleção de valores e do gesto técnico e, também, da configuração do espaço nos moldes do esporte.

Para a Educação Física, fica evidente que está posto um novo/velho desafio: como se manter na escola sendo uma área que tematiza a cultura corporal de movimento sem se ver reduzida apenas às práticas esportivas coletivas que mais bem se adaptam ao espaço físico proposto pela quadra poliesportiva, com linhas e espaços definidos pela ordem esportiva. Simplesmente negar o esporte, já vimos, não é uma saída muito adequada.

O esporte é uma invenção social das mais representativas do nosso modo de vida, e sua prática está relacionada com a forma de viver o mundo com suas regras e desenlaces. Talvez, seja a nossa resposta contemporânea necessária para a sobrevivência entre relações cada vez mais crivadas por regras de um controle social amplo e um autocontrole cada vez mais específico. O que vale a pena é tentar fazer do esporte um aliado na escola, superando o discurso “oficial” que vê a escola, e a Educação Física por extensão, como o local privilegiado para a seleção de valores do esporte brasileiro, com vistas à Copa do Mundo de Futebol e às Olimpíadas. Portanto, não estamos aqui fazendo um discurso “contra” o esporte, mas “com” ele, que na Educação Física seja de inclusão, participação e envolvimento.

52 Costumo dizer que temas como violência, cooperação e ética têm na oportunidade da prática dos esportes um espaço rico de emergência na relação professor-aluno e aluno-aluno nas aulas de Educação Física e na escola que oportuniza a pedagogização do esporte. Além do mais, é na ação esportiva que vivemos momentos de expressão de emoções que, no nosso dia a dia, têm sido cada vez mais recolhidas para espaços da vida privada. A vivência de emoções restringe-se cada vez mais a algumas oportunidades da vida pública, mas, no esporte, ao lado de outras práticas de lazer, encontra um momento privilegiado, especialmente porque, no esporte, o ato motor é parte da vivência e, mesmo enquanto espectador, o movimento não está anulado e é parte da participação no espetáculo.

Como praticante ou até como espectador, é na ação relativa ao esporte que manifestamos com mais desenvoltura os sentimentos de medo, alegria ou tristeza. Fazer disso uma experiência consciente da vida em sociedade talvez seja um dos objetivos que o esporte e a Educação Física possam trazer para entre os muros da escola e o convívio dos cidadãos.

3 Algumas outras notas entre esporte e Educação Física na escola

Aqui vamos pensar, mesmo que de forma breve, sobre uma política de governo que, muitas vezes, sob o propósito de estimular o esporte na escola, reforça a política e o discurso da busca de valores para ele, tendo a escola como um *locus* privilegiado e o centro da política, no qual o alvo são as aulas de Educação Física, que se transformam no momento do “jogo” e da “especialização do gesto”.

O Programa Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes, tem como objetivo geral “democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.” Muito embora os “resultados esperados” e as “linhas estratégicas” sempre se reportem à integração social dos participantes e ao esporte educacional, é preciso considerar quais relações esse programa tem com os projetos de esporte que buscam a formação de valores. Isso, pelo que não é tão difícil de perceber, atrelado à ideia de transformar o País numa potência esportiva, passa, necessariamente, para muitos de nossos políticos e dirigentes, pela escola, *locus* privilegiado de seleção de valores esportivos.

O Brasil ao ser eleito, concomitantemente, realizador de uma Copa do Mundo de Futebol e de uma Olimpíada, tornou-se o quarto país na história a ter essa oportunidade de receber as duas competições. Todo esse esforço não é à toa, na medida em que vem associado à visão de uma política que coloca o esporte – e basicamente o de alto rendimento – como vitrine e promotor de um país grande e desenvolvido esportivamente, conforme consta num folheto intitulado *Por dentro do Brasil: esportes*, produzido pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sem data de publicação (provavelmente, 2010):

A candidatura e a conseqüente escolha do Brasil à [sic] sede da Copa do Mundo FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 seguem uma diretriz de reconhecimento mundial. Aliado a isso, o País apresenta um esforço de incremento do esporte de alto rendimento, sobretudo aqueles incluídos no programa olímpico. Um bom desempenho no quadro de medalhas também remete a uma nação avançada, desenvolvida, forte. (Brasil. Presidência..., [2010?], p. 11).

53

No mesmo texto, na parte que trata do esporte de alto rendimento, ainda podemos ver o que é prioritário na relação do alto rendimento com os dois outros elementos do anunciado tripé da política de esportes do governo:

Todo esse trabalho, hoje, faz parte de uma política esportiva com objetivo de tornar o País uma potência olímpica. Os olhos são voltados para 2016, ano em que o Rio de Janeiro será sede da Olimpíada e da Paraolimpíada.

Parte desse esforço passa pela união das secretarias de Alto Rendimento, de Esporte e Lazer e de *Esporte Educacional* para integrar seus programas e iniciativas com o objetivo de selecionar – dentro de oficinas e turmas do programa Segundo Tempo ou do PELC⁴ – talentos para serem capacitados em núcleos esportivos regionais. (Brasil. Presidência..., [2010?], p. 19 – grifo nosso).

Ora, não é preciso muito esforço para concluir que, ante esse projeto, a parte que mais vai ceder é justamente a Educação Física na escola. Embora no art. 26, § 3º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996,

⁴ O Projeto/Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado em 2003 e gerenciado pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (Snelis), do Ministério do Esporte, engloba: o Funcionamento de Núcleos de Esporte e Lazer para Todas as Idades, o Funcionamento de Núcleos Vida Saudável para adultos e idosos; o Funcionamento de Núcleos do Pronasci-PELC para jovens de 15 a 24 anos em contextos de violência; o fomento de pesquisas para o desenvolvimento de políticas sociais de esporte recreativo e de lazer e o desenvolvimento do sistema de gestão compartilhada do esporte e lazer.

com redação dada pela Lei nº 10.793/2003) conste que “a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica”, no art. 27 da mesma LDB, no item IV, coloca-se como uma das diretrizes da educação básica a “promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais”. Quem acompanha de perto o dia a dia de nossas escolas há tempo percebe o quanto muitos professores, diretores e secretarias de educação, espalhados pelo Brasil afora, aproveitam essa diretriz para fazer das aulas de Educação Física uma mera hora de “promoção” do desporto educacional.

Portanto, um programa como o Segundo Tempo, que entre seus impactos indiretos inclui o “enfrentamento da situação de risco a que estão expostos nossas crianças e jovens”, pode e passa a ser, nesse momento de “euforia” que marca a construção e o planejamento dos megaeventos esportivos, um mero coadjuvante, na medida em que o próprio governo o associa a um projeto maior de esporte de alto rendimento que irá projetar o País internacionalmente.

Para concluir, ao que parece, a proposição de dividir a política de esportes em três vetores principais para investimentos – atividade de lazer, esporte educacional e esporte de alto nível –, é traída pela própria exposição do governo ao colocar a ênfase no esporte de alto nível, já que o fim é tornar a nação uma “potência esportiva” centrada na descoberta de talentos, e não uma “nação esportiva” apoiada num “costume esportivo” adquirido nas oportunidades de lazer e no período de escolarização.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>.

BRASIL. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE). *Programa Orçamentário Vivência e Iniciação Esportiva Educacional Segundo Tempo [Programa Segundo Tempo]*. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>>.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Por dentro do Brasil: esportes*. Brasília, [2010?]. 32 p. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/navegue_por/noticias/textos-de-referencia/politica-de-esportes>. Acesso em: 8 set. 2012.

CARNEIRO, M. A. *LDB fácil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ESCOLAS a partir de 100 alunos matriculados receberão verba para construção de quadras. *Portal Brasil [online]*, 24 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/08/24/escolas-a-partir-de-100-alunos-matriculados-receberao-verba-para-construcao-de-quadras>>.

GOVERNO investe em quadras esportivas e escolas infantis. *Portal Brasil [online]*, 19 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/06/19/governo-investe-em-quadras-esportivas-e-escolas-infantis>>

HILLMAN, J. *Cidade e alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

LUCENA, R. de F. *Quando a lei é a regra*. Vitória: CEFD/UFES, 1994.

LUCENA, R. de F. *O esporte na cidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

LUCENA, R. de F. A crônica como gênero que introduziu o esporte no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 159-171, set. 2003.

LUCENA, R. de F. A relação entre esporte e Educação Física na escola: algumas anotações de memória. In: LUCENA, R. de F.; MENDES, M. I. B. de S.; CANUTO, P. S. (Org.). *Esportes no Nordeste: um mosaico sócio-histórico*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2011.

PEIXOTO, A. *Ensinar a ensinar: ensaios de pedagogia aplicada à educação nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

SOARES, C. L. *Imagens da educação no corpo*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SOARES, C. L. Cultura de movimento. In: *CORPO, prazer e movimento*. São Paulo: Sesc, 2002. p. 14-23.

Ricardo de Figueiredo Lucena, doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professor associado II do Departamento de Fundamentação da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

cacolucena@gmail.com

Recebido em 22 de outubro de 2012.

Aprovado em 18 de fevereiro de 2013.